

**GÊNERO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: uma análise na cidade de Maringá-PR.**

**DANIELA BARBOSA SOUSA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

**VALÉRIA ABUCARMA COPLAS MAXIMIANO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

**PRISCILLA BORGONHONI CHAGAS**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

**JULIANO DOMINGUES DA SILVA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ (UEM)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## **GÊNERO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: uma análise na cidade de Maringá**

### **1. Introdução**

O objetivo deste artigo é tecer reflexões iniciais sobre a categoria gênero e sua relação com a produção do espaço urbano na cidade de Maringá. Cidade localizada no Norte Central do Paraná, Maringá, segundo o IBGE (2022), possui quase 410 mil habitantes por quilômetro quadrado e é classificada como Capital Regional B, embora não possua características de capital.

Capital Regional B (IBGE, 2022) ou Área de Concentração de População (APC), diz respeito “a área urbana com alguma contiguidade de ocupação [...], dados o tamanho e a densidade da população, o grau de urbanização, a coesão interna da área, resultando em deslocamentos da população para trabalho ou estudo” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLIS, 2015, p.71).

Nesse sentido, Maringá é considerada como polo regional e tem sua região metropolitana composta por mais cinco cidades: Sarandi, Paiçandu, Mandaguari, Marialva e Floresta. Conforme o censo do IBGE (2010), a maioria da população residente em Maringá era composta por 185.353 mulheres, e 171.724 homens.

Por outro lado, no Brasil, segundo a Fundação João Pinheiro (2021), nos domicílios em que as mulheres são responsáveis, há um déficit habitacional de 62,2%. No Paraná, esse déficit é de 61,0%, tendo em consideração “que as estimativas apontam que as mulheres são a pessoa de referência de 3,523 milhões (60,0%) os domicílios com déficit habitacional no Brasil” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2021, p. 134).

Atualmente, estudos têm elencado a singularidade da participação das mulheres e das lutas feministas nos movimentos sociais organizados. Seja pela igualdade de gênero, por moradia, por segurança, ou por creches (ANDRADE; NUNES, 2020; HELENE, 2019). Essas lutas demonstram como os reconhecimentos das diferentes demandas a partir da perspectiva de gênero corroboram em como as mulheres vivem a cidade, “não apenas a mulher branca, classe alta, cisgênero e heterossexual, mas também a mulher negra, periférica, transexual e homossexual” (ANDRADE; NUNES, 2020, p. 14).

Para Casimiro (2021), para que a cidade seja funcional à mulher é preciso que ela perceba a presença feminina, o que envolve permitir sua participação nos espaços decisórios sobre o desenho, o uso e ocupação da cidade. As cidades têm uma significativa relação com o uso e a ocupação que o mundo masculino faz delas. Foram idealizadas e erguidas dentro dessa perspectiva, em que a presença da mulher era ignorada e, portanto, desconsiderada no tocante às escolhas sobre que forma e função os espaços públicos teriam e como seriam acessados. A autora ainda aponta que as mulheres brasileiras são responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias, possuem expectativa de vida de 77 (setenta e sete) anos de idade, equivalente a 51,4% da população brasileira atual.

O debate sobre a produção do espaço urbano para as mulheres inclui diversas dimensões, as mesmas que são pilares de sustentação do direito à cidade: a dimensão política, a simbólica e a material. Sob tal perspectiva, cabe destacar que as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que a mudança na mentalidade e cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores, tais como as ruas amplas, seguras e iluminadas, bem como usos de serviços mais equitativos e efetivos como o transporte público (CASIMIRO, 2021).

A partir desses dados, surge o questionamento sobre quais elementos podem ser investigados para compreender as relações de gênero e produção do espaço urbano na

cidade de Maringá? Compreender essa relação é fundamental para uma análise mais abrangente da influência do gênero na produção e ocupação do espaço urbano. Pontua-se, ainda, que nos últimos anos, a participação das mulheres em movimentos sociais pró moradia, tem ganhado maior visibilidade (HELENE, 2019).

À vista disso, este artigo tomará como base dados secundários, publicados em provedores de dados como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação João Pinheiro – FJP, a Companhia de Habitação do Paraná, e Observatório das Metrôpoles - Núcleo Maringá. Assim, será possível elucidar e justificar a relação entre a produção de espaços urbanos e o papel do gênero. Por fim, espera-se identificar lacunas e evidenciar direcionamentos para futuras pesquisas. Será utilizada uma abordagem descritiva, para a compreensão dessa relação específica na cidade de Maringá. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o desenvolvimento de políticas urbanas mais inclusivas e equitativas.

## **2. Referencial teórico**

De modo a contemplar os objetivos e esclarecer melhor os elementos formadores desse trabalho, essa revisão foi dividida em Produção do Espaço Urbano e Gênero e Políticas Habitacionais no Brasil e em Maringá.

### **2.1 Produção do espaço urbano e o gênero**

A produção do espaço urbano é um fenômeno complexo que envolve uma série de fatores e atores, que compõem de forma singular e coletiva a configuração e transformação das cidades (SCHUHARDT; CHAGAS, 2022). Para Oliveira et al. (2019, p.280), as cidades são resultado das relações humanas, logo a produção do espaço é também uma “produção social de expressão espacial e territorial das sociedades que elas abrigam e expressam as contradições e os antagonismos da sociedade em geral.” Já Paulo (2019, p.33), entende o espaço urbano como “resultado do efeito das ações das sociedades sobre ele”, o que permite inferir aspectos sociais em sua produção, como o papel do gênero, como também as desigualdades que surgem nesse cenário.

Corrêa (2014, p.43) argumenta que a produção do espaço urbano, não acontece como a mão invisível da economia, mas sim “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias”. Dessas interações discorrem os conflitos, as segregações e evidenciam-se aspectos relativos ao gênero.

Em contrapartida, Casimiro (2021), expõe que a cidade reflete e reproduz as desigualdades de gênero, muitas vezes ignorando ou excluindo as necessidades, desejos e experiências das mulheres na produção e uso do espaço urbano. Como resultado, muitas mulheres, especialmente aquelas que vivem na pobreza, são desproporcionalmente afetadas pela insegurança habitacional, pela falta de serviços públicos e pela violência urbana (ANDRADE; NUNES, 2020; HELENE, 2019).

Logo, as mulheres também são agentes ativas na produção do espaço urbano, e incluem-se nesse processo decisório participando de movimentos sociais e lutas por direitos, como moradia, serviços públicos e segurança (HELENE, 2019). Suas lutas são em prol do espaço urbano mais inclusivo e equitativo, que leve em consideração as experiências, perspectivas e necessidades do gênero.

Em um contexto recente, questiona-se qual o lugar da mulher na sociedade? Calás e Smircich (1998, p.280), lembram a situação da mulher e sua vida social ao pontuarem que “as mulheres não votavam, não podiam ter propriedades em seu nome e, com a transição de uma forma de produção econômica centrada no lar para uma economia industrial, foram gradativamente se tornando mais isoladas e dependentes”.

Por conseguinte, o feminismo surge nesse cenário como forma de luta, denúncia e resistência às formas de opressão contra a mulher. E, principalmente aspectos que colocam em superioridade o sexo masculino em detrimento do feminino.

No Brasil, após 1930, a mulher conquista o direito ao voto e pouco a pouco vem garantindo presença em outros espaços como a escola, a universidade, o trabalho e a política (CALÁS, SMIRCICH, 1998). Mas tudo isso, ainda é muito recente e muitas lutas estão limitadas por sua característica pervasiva (STEIL, 1997). Ou seja, a pervasividade, diz respeito, às restrições relativas ao gênero, que estão presentes em todos os lugares, mas não são de fácil distinção (STEIL, 1997).

O gênero tem sido reconhecido como uma importante variável que influencia a dinâmica urbana. Embora a literatura tenha diversas perspectivas no campo da produção de espaços urbanos, existe uma lacuna em relação à compreensão da relação entre a produção de espaços urbanos e as relações de gênero (CASIMIRO, 2021).

Gênero é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. O gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer. Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social, em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe (GOLDANI, 1999, p.6).

Nas palavras de McDowell (1999), o gênero é uma maneira de significar as relações de poder que estruturam as práticas sociais e espaciais e moldam as experiências individuais e coletivas no espaço urbano.

Nesse sentido, a compreensão da produção do espaço urbano a partir de uma perspectiva de gênero é fundamental para promover cidades mais justas, inclusivas e equitativas (SCHUHARDT, CHAGAS, 2022). Para isso, é necessário desafiar as práticas e estruturas de poder existentes e promover políticas e práticas que valorizem e incluam as experiências das mulheres na produção do espaço urbano (HELENE, 2019; SCHUHARDT, CHAGAS, 2022)

## **2.2 Políticas habitacionais no Brasil e em Maringá**

O marco inicial das políticas habitacionais no Brasil foi a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, cujo objetivo era construir habitações para os segmentos mais pobres da população urbana (FARRET, 2006). No entanto, a FCP não conseguiu atender à demanda crescente por moradia e foi extinta em 1964, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) (BONDUKI, 2008).

O BNH foi a principal instituição responsável pela política habitacional brasileira entre 1964 e 1986, período em que o Brasil passou por intensa urbanização (MARICATO, 2006). O BNH financiou a construção de milhões de moradias, mas também foi alvo de críticas por privilegiar a classe média e ignorar as necessidades da população de baixa renda (MARICATO, 2006).

Após a extinção do BNH em 1986, houve um período de vacância de políticas habitacionais efetivas no Brasil, sendo este período marcado por uma crescente informalidade na produção habitacional (CARDOSO, 2006). Esta situação só começou a mudar na década de 2000, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e do Programa Minha Casa Minha Vida, em 2009 (ROLNIK, 2013).

A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), logo se tornou a principal política de habitação do Brasil. O programa tem o objetivo de atender a uma ampla gama de segmentos da população, desde os mais pobres até a classe média, através de diferentes faixas de financiamento (BRASIL, 2009).

No entanto, o MCMV tem sido alvo de críticas semelhantes às que foram dirigidas ao BNH. Pesquisadores têm apontado que o programa tem uma forte ênfase na produção de unidades habitacionais, mas ignora aspectos como a localização das habitações, a qualidade das construções e a criação de infraestrutura urbana (CARDOSO et al., 2013; ROLNIK, 2013).

Nos últimos anos, tem havido uma tendência crescente para a descentralização das políticas habitacionais, com maior envolvimento de governos estaduais e municipais (FERRARI; MOREIRA, 2020). Todavia, a efetividade dessas políticas depende em grande parte da capacidade institucional e financeira desses entes federados, o que pode variar significativamente entre diferentes regiões do país (MARICATO, 2006).

No Paraná, há uma tendência de continuidade dessas políticas, com esforços para reduzir o déficit habitacional e melhorar as condições de moradia para a população de baixa renda. Em 2015, foi criado SISPEHIS – Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná, uma ferramenta que tem o intuito de monitorar, acompanhar e avaliar as condições de de habitação e urbanização nas cidades do Estado (PARANÁ, 2019).

O PEHIS-PR – PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DO PARANÁ, realizou a última pesquisa em 2019, com base no SISPEHIS, firmando estimativas das necessidades habitacionais do Estado até 2023. Para que o sistema seja atualizado, os 399 municípios que compõem o Estado, precisam inserir no sistema suas respectivas necessidades habitacionais (PARANÁ, 2019). Conforme a divulgação do relatório do Paraná (2019, p.3) “em 2015, dos 399 municípios, 374 atualizaram os dados, ou seja, 94%; em 2019 este percentual ficou em 91% - 366 Municípios atualizaram.”

Os critérios utilizados para avaliação do PEHIS-PR, são baseados no PLANHAB – Plano Nacional de Habitação (PARANÁ, 2019). Outra forma de unificar os critérios é a realização de “Oficinas técnicas de capacitação para os representantes da prefeitura, a fim de esclarecer as diretrizes de pesquisa e também unificar conceitos a serem utilizados na coleta de informações” (PARANÁ, 2019, p.3)

Apesar do esforço, também há desafios, como a necessidade de integrar as políticas habitacionais com outras políticas urbanas, como transporte e infraestrutura, para garantir uma abordagem mais integrada e eficaz (PINHEIRO; GOMES, 2021). Outra questão, é que a perspectiva de gênero ainda não está plenamente incorporada nas políticas habitacionais brasileiras. Ainda que a participação feminina tenha se tornado mais expressiva nos últimos anos, é fundamental aprofundar as análises e considerar as questões de gênero na formulação de políticas habitacionais, pois estas questões influenciam diretamente a produção e a ocupação do espaço urbano (MARTINEZ; COSTA, 2021).

### **3. Procedimentos metodológicos**

O presente estudo se caracterizou como uma pesquisa de natureza qualitativa de cunho exploratório-descritivo, adotando um tipo de corte transversal. A pesquisa qualitativa é descrita por Godoy (1995) como uma abordagem metodológica que possibilita a compreensão de características complexas do objeto estudado.

A coleta de dados foi baseada em pesquisa bibliográfica documental, utilizando como fontes secundárias relatórios e dados provenientes de instituições amplamente reconhecidas, como o IBGE, a FJP, a Companhia de Habitação do Paraná e o Observatório das Metrópoles - Núcleo Maringá. Essa abordagem está em consonância com a descrição de Godoy (1995) sobre os diferentes tipos fundamentais de pesquisa

qualitativa, que destacam a pesquisa documental como um caminho para um estudo amplo e rico.

Algumas indagações nortearam esse estudo como: quem são os agentes sociais e quais processos influenciam a produção do espaço urbano em Maringá? Como o gênero se relaciona com essa produção? Quais foram as iniciativas na cidade que consideraram as especificidades das mulheres nesse processo? Como a categoria gênero se relaciona com a produção do espaço urbano na cidade?

#### **4. Análise de dados**

Para cumprir com o objetivo de tecer reflexões iniciais sobre a categoria gênero e sua relação com a produção do espaço urbano na cidade de Maringá, será feita uma explanação dos principais resultados evidenciados nas bases de dados. Com relação ao déficit habitacional, vale considerar a existência de duas abordagens: Quantitativa - avalia a necessidade de produção de novas moradias -, e, Qualitativa - se baseia em todas as áreas passíveis de urbanização e regularização urbana (PARANÁ, 2019).

O PEHIS-PR, utiliza a abordagem quantitativa e qualitativa, para monitorar e avaliar o déficit habitacional do Estado (PARANÁ, 2019). Dessa forma, é possível, vislumbrar um panorama mais preciso e detalhado do déficit habitacional, sendo uma referência para o planejamento de políticas habitacionais no Estado. A utilização dessas metodologias, permitem a identificação de áreas que demandam intervenção, como também orienta programas e linhas de financiamento específicas. Além de fornecer o georreferenciamento e registro fotográfico das áreas mapeadas, subsidiando uma política habitacional adequada à realidade de cada município (PARANÁ, 2019).

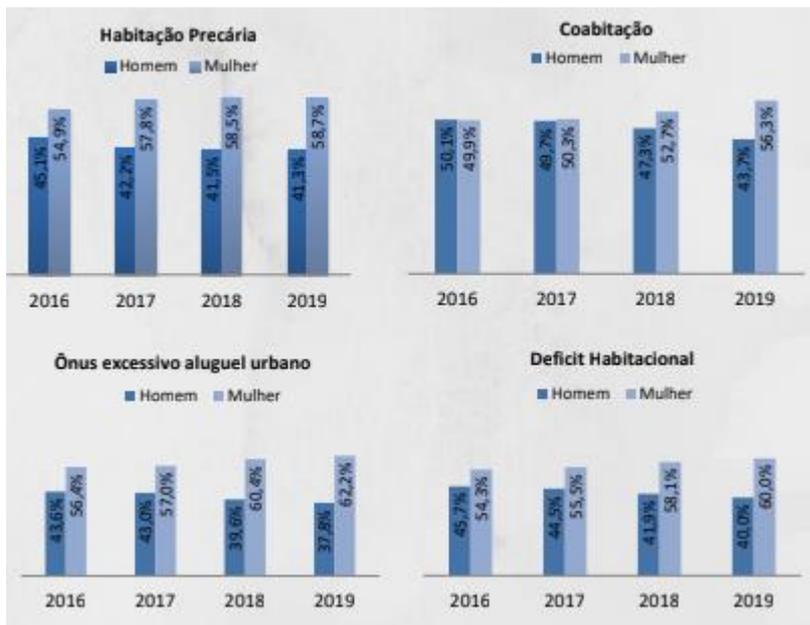
De acordo com a pesquisa de necessidades habitacionais realizada pela PEHIS-PR em 2019, o déficit habitacional no Paraná é expressivo. O déficit quantitativo urbano é de 322.533 domicílios, sendo que 41.711 domicílios voluntários de reassentamento. O déficit qualitativo urbano é de 152.144 domicílios. Somando-se os déficits quantitativo e qualitativo, o déficit habitacional urbano total é de 474.677 domicílios. Além disso, há um déficit rural de 37.069 domicílios. O déficit total do estado é de 511.746 domicílios (PARANÁ, 2019)

De acordo com a pesquisa, a cidade de Maringá está entre as 30 cidades do estado do Paraná com maior déficit habitacional do Estado (PARANÁ). A pesquisa mostra que Maringá tem um déficit habitacional de 4.602 casas, sendo 4.572 domicílios relacionados ao déficit quantitativo urbano e 30 domicílios relacionados ao déficit qualitativo urbano.

A Fundação João Pinheiro (2021) mostra que nos domicílios em que as mulheres são responsáveis, há um déficit habitacional de 62,2% no Brasil e de 61,0% no Paraná. Isso significa que a falta de moradia é inadequada em sua maioria para as mulheres, o que evidencia a necessidade de políticas habitacionais que considerem as especificidades de gênero.

Um dos dados da FJP que chamam atenção, é em relação ao déficit habitacional segundo sexo do responsável pelo domicílio no período de 2016 a 2019, no qual as mulheres lideram. Figurando assim, as que detém a maior falta de habitação ou habitações em condições inadequadas, conforme Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Participação segundo sexo do responsável pelo domicílio nos componentes e no déficit habitacional – Brasil – 2016 a 2019.



Fonte: FJP, 2021

Ainda com base no Gráfico 1, pode-se inferir que em relação ao ônus excessivo, em 2019, aproximadamente 62% das pessoas de referência no domicílio eram mulheres. Por outro lado, no quesito habitação precária a participação das mulheres (59%) e dos homens (41%) mostrou-se imutável durante os quatro anos. Sobre a coabitação, houve aumento da participação dos domicílios com mulheres como pessoas de referência de 50% (2016) para 56% (2019).

Por outro lado, conforme o relatório do PEHIS-PR, “o Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, não deu conta de suprir o déficit habitacional urbano, principalmente o qualitativo, mesmo no auge de seus investimentos”, referente a pesquisa realizada em 2019 (PARANÁ, 2019, p.21). Isso é evidenciado, no *site* da Prefeitura de Maringá, no qual do ano de 2019 a junho de 2023, constam 7.586 nomes na lista de espera por habitação.

Para Cardoso et al. (2013) as condições de urbanidade do programa Minha Casa Minha Vida, apontam a importância de considerar aspectos como localização das habitações, qualidade das construções e criação de infraestrutura urbana. Essas questões são relevantes para garantir que as políticas habitacionais sejam efetivas e inclusivas também para as mulheres.

Sob outra perspectiva, Schuhardt e Chagas (2022), fizeram uma análise sobre o direito à cidade e o gênero. Os autores, apresentaram o Conselho Municipal da Mulher de Maringá (CMMM), como aquele que tem por objetivo “assegurar à mulher a participação e conhecimento de seus direitos como cidadã, nas questões de gênero [...] e atuar no controle social de políticas públicas” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2023).

Dentre as iniciativas, a Prefeitura tem promovido cursos de geração de renda, por meio do Programa Qualifica Mulher, com intuito de capacitar as mulheres para o mercado de trabalho e incentivar o empoderamento feminino (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ, 2020). Os cursos são gratuitos, dentre os quais: alongamento de cílios, lash lifting, bolos artísticos avançados, confeitaria, doces para confeitaria, compotas e doces cristalizados. Essas iniciativas são importantes para

garantir a participação das mulheres e considerar suas necessidades e experiências na produção do espaço urbano. No entanto, é necessário um maior aprofundamento e estudo dessas iniciativas, bem como de outras experiências nacionais.

Outra fonte relevante para a análise de dados é o censo do IBGE (2010), que revelou que a população de Maringá é composta por 185.353 mulheres e 171.724 homens. Esses números indicam uma maioria feminina na cidade e reforçam a importância de considerar as demandas e experiências das mulheres na produção e uso do espaço urbano.

## **5. Conclusão**

Neste artigo, buscamos tecer reflexões iniciais sobre a categoria gênero e sua relação com a produção do espaço urbano na cidade de Maringá. Através da análise de dados secundários, como relatório do IBGE, FJP, a Companhia de Habitação do Paraná e Observatório das Metrôpoles.

As mulheres vivenciam lutas e resistências em busca da igualdade de gênero e melhores condições de vida na cidade. Movimentos feministas têm se organizado em prol da igualdade de gênero, moradia, segurança e outros direitos. Essas lutas demonstram como as mulheres vivem a cidade de forma diversa, abrangendo diferentes realidades e experiências.

No entanto, a produção do espaço urbano muitas vezes ignora as necessidades e experiências das mulheres. As cidades foram idealizadas e construídas a partir de uma perspectiva masculina, desconsiderando a presença e participação das mulheres. Isso resulta em espaços públicos inadequados, falta de serviços essenciais e violência urbana, afetando desproporcionalmente as mulheres, especialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade.

É fundamental compreender a produção do espaço urbano a partir de uma perspectiva de gênero para promover cidades mais justas e equitativas. Isso requer desafiar as práticas e estruturas de poder existentes, elevar e incluir as experiências das mulheres na produção do espaço urbano. A participação das mulheres nas decisões sobre o desenho, uso e ocupação da cidade é essencial para garantir espaços urbanos mais inclusivos.

No contexto das políticas habitacionais, é importante considerar as questões de gênero. O Programa Minha Casa Minha Vida tem sido uma política habitacional importante no Brasil, porém, é necessário avaliar sua capacidade e abordagem em relação às necessidades das mulheres. A localização das habitações, a qualidade das construções e a criação de infraestrutura urbana são aspectos que devem ser considerados para garantir políticas habitacionais mais inclusivas.

Com base na análise de dados, identificamos a presença de iniciativas em Maringá, como o Conselho Municipal da Mulher, que busca promover a participação das mulheres nas questões de gênero e garantir o conhecimento e exercício de seus direitos como cidadãs. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a redução do déficit habitacional e a criação de políticas habitacionais mais equitativas e inclusivas.

Esse estudo apresenta limitações, pois apresenta uma abordagem inicial, como também os dados referentes ao déficit habitacional do Estado do Paraná, ainda não apresentam divisão por gênero. Os dados encontrados nas pesquisas realizadas pela Companhia de Habitação de Maringá, demonstraram as necessidades habitacionais como um todo, sob a perspectiva dos municípios.

Logo, propõe-se pesquisas que visem analisar a produção do espaço urbano com base nas experiências das mulheres. Outra sugestão é a análise das diferentes dimensões do direito à cidade, como acesso a serviços públicos, segurança e mobilidade urbana.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, J. G. B. de; NUNES, S. M. M. Como o planejamento urbano tem falhado em assegurar o direito das mulheres à cidade. **Hum@nae: questões controversas do mundo contemporâneo**, Recife, v. 14, n. 01, p. 01-19, 2020.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 jul. 2009.

CALÁS, M. B.; SMIRCICH, L. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

CARDOSO, A. L. O BNH e a questão urbana: políticas e reformas institucionais para o setor de habitação no Brasil. In: CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. (Orgs.). **Reforma urbana: o que ainda deve ser feito**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2006. p. 119-137.

CARDOSO, A. L.; et al.. Minha Casa Minha Vida – avaliação das condições de urbanidade. Relatório de Pesquisa, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CASIMIRO, L. M. S. M. de. Mulheres e acesso à cidade: e os jogos continuam vorazes. In: VIANA, A. C. A. et al (coord.). **Gênero & Interseccionalidades: Memórias do IV Encontro de Pesquisa por.de.sobre Mulheres**. vol. 1. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021, v. 1, p. 27-34.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO M. E. B. (orgas.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-51.

FERRARI, D. L.; MOREIRA, G. A. Política habitacional no Brasil: do BNH ao MCMV. **Revista Propriedade Direito & Desenvolvimento**, v. 2, n. 2, 2020.

FARRET, R. L. **Cinquenta anos de política habitacional no Brasil: uma análise**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

GODOY, AS Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, pág. 57-63, mar./abr. 1995.

HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, dez. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINEZ, J.; COSTA, M. V. O papel do gênero nas políticas habitacionais: uma análise a partir das experiências das mulheres. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 1, 2021.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Maringá**: transformações na ordem urbana. Edição: Ana Lúcia Rodrigues. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro:Letra Capital, 2015.

OLIVEIRA, A. P. **Intervenções urbanas a partir de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**: a reterritorialização dos moradores do entorno da obra Contorno Norte de Maringá-PR. Orientadora: Priscilla Borgonhoni Chagas. 2016. 141 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

SCHUHARDT, O. L; CHAGAS, P. B. Direito à cidade e gênero: Um estudo das perspectivas e ações do Conselho Municipal da Mulher de Maringá. In.: FERREIRA, R. M; TONELLA, C. **Maringá** [recurso eletrônico] / organização Antonio Rafael Marchezan Ferreira, Celene Tonella. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

PAULO, C. F. O. **(Des)(re) territorialização e produção do espaço urbano**: um estudo sobre uma ocupação na cidade de Maringá-PR. Orientadora: Priscilla Borgonhoni Chagas. 2019. 193 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

PARANÁ. Governo do Estado do Paraná. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná – PEHIS-PR**. Curitiba, 2020.

PINHEIRO, D. A.; GOMES, F. B. Política habitacional e política urbana: uma análise crítica a partir do Paraná. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v.12, n.2, p.3058-3078, 2021.C

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ. (2020). **Conselho Municipal da Mulher**. Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/conferencia/?cod=cmmm>>. Acesso em: 17 julho 2023.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

STEIL, A. V. **Organizações, gênero e posição hierárquica**: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *Revista de Administração*, v. 32, n.3, p.62-69, 1997.